

Inclusão da Nação Negra: ontem e hoje

Paulo Paim

A partir 1670, Zumbi lidera uma luta pela cidadania e liberdade do povo negro. Bandeira que continua tremulando até os dias de hoje. Há 118 anos seus ideais permaneciam na batalha travada por abolicionistas, anônimos ou não, brancos e negros, homens e mulheres. Enfim, em 13 de maio de 1888 a Lei Áurea foi assinada pela Princesa Isabel: os negros estavam libertos.

A guerra entre abolicionistas e escravocratas dava um passo à frente em favor daqueles que almejavam a igualdade entre todos os seres humanos. Mas, os escravocratas queriam que os negros permanecessem nas senzalas, afinal, eram mão-de-obra barata. Com a assinatura da Lei Áurea, isso não foi diferente. Os negros alcançaram a liberdade, mas não tiveram direitos. Não foi dado aos negros o direito à terra, à educação e nem sequer ao trabalho.

Devemos lembrar o 13 de maio de 1888 como uma data importante. A batalha dos abolicionistas não foi em vão. A partir da liberdade, pequenas conquistas foram avançando lentamente, passo a passo. Hoje, já ultrapassamos mais de um século da Lei Áurea, mas infelizmente a batalha entre os que defendem os princípios abolicionistas e os escravocratas perdura.

Desde então a luta daqueles que aprovaram a Lei se repete. O tempo foi passando e os ideais dos abolicionistas não

morreram. Hoje existem os que pensam como eles: há a necessidade de criarmos fórmulas que integrem os negros à sociedade.

Prova disso são, em 1951, a aprovação da Lei Afonso Arinos; em 1988, a Constituição declarar em seu artigo 5º, inciso XLII, que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”; em 1989 termos a Lei Caó que regulamenta o princípio constitucional para combater o racismo; e, em 1997, aprovarmos a Lei 9.459, de nossa autoria, que, entre outras coisas, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e de injúria.

Essas leis comprovam que por mais que neguem alguns, o preconceito está arraigado em nossa sociedade. Ele veio para cá com o tráfico dos escravos iniciado no século 16. A fim de eliminarmos o racismo, o preconceito e as discriminações, muito tem sido feito, mas ainda há muito a se fazer.

O Estatuto da Igualdade Racial já foi aprovado pelo Senado, por unanimidade, e está debate na Câmara dos Deputados. Vemos que os conservadores de hoje não querem sua aprovação e, assim como os escravocratas de ontem, preferem que os negros continuem figurando entre os mais pobres, com os menores índices de escolaridade e os mais baixos salários.

Para esses conservadores, seria um erro o Brasil adotar ações reparatórias, compensatórias e afirmativas que beneficiem o povo negro. Dizem que ações assim agu-

gariam o conflito racial. Discordamos. Para nós o que alimenta o conflito racial é manter o *status quo*.

Ficamos felizes por perceber que de cada cem pessoas, 90 lutam em favor da igualdade e da justiça. Queremos que o Brasil avance tal como aconteceu nos Estados Unidos que, em 1964, depois de muitas batalhas lideradas por Martin Luther King, o Congresso aprovou os Direitos Civis dos Negros Norte-Americanos. Pensamos em uma sociedade almejada por King em que as pessoas não sejam qualificadas pela cor de sua pele.

O importante é termos consciência de que não estamos sós nesta luta. Poderíamos citar as duas marchas sobre Brasília acontecidas no ano passado. Ambas, exigindo os direitos e a cidadania plena ao povo negro. Tivemos também avanços no Executivo, por exemplo, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial, a aprovação do ProUni e o reconhecimento do Quilombo Silva em Porto Alegre. Isso entre tantas outras lutas e conquistas.

No futuro, quando já não estivermos mais aqui, certamente gerações comentarão que no início do século 21 o Brasil travou uma grande batalha entre os que queriam assegurar os direitos civis para os afro-brasileiros e entendiam ser este o momento para isso e aqueles que, como os escravocratas do século 19, pretendiam o contrário, negando que o preconceito existe.

■ Paulo Paim é senador (PT-RS).